



MARCA
REGISTRADA

FIANÇA

SERVIÇOS GERAIS LTDA.



ISO 9001:2000

ILMO SENHOR PREGOEIRO HENRIQUE ESTEVES CAMPOLINA SILVA
DA GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS
GERAIS - GESEG.

Modalidade: Pregão presencial
Edital de licitação: 115/09 - TJ/MG
Processo nº 2002/09

*"(...) é absolutamente indispensável que
empresários, administradores, juízos,
membros do Ministério Público e
legisladores entendam que LICITAÇÃO
NÃO É UM CONCURSO DE DESTREZA,
DESTINADO A SELECIONAR O MELHOR
CUMPRIDOR DO EDITAL."*¹

FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA., pessoa jurídica de direito
privado, devidamente inscrita no CNPJ n.º 00.335.380/0001-15, com sede no SRIA
Área Especial 08, QE 38, Lote C Guará II, Distrito Federal, vem, respeitosa e
tempestivamente, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

com fulcro no Art. 4º, inciso XVIII, da Lei n.º 10.520/02, pelas razões e fatos a seguir
delineados.

Recebido na COSERG
Em: 16.11.09
Por: Jem

¹ Adilson Abrau Dallari, in ASPECTOS JURÍDICOS DA LICITAÇÃO. Saraiva 5ª Edição. pág. 13



MARCA
REGISTRADA

FIANÇA

SERVIÇOS GERAIS LTDA.



ISO 9001:2000

I - SÍNTESE DOS FATOS

Em 11/11/2009 a Recorrente participou do pregão presencial n.º 115/09 realizado pela Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais – GSEG, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ao todo participaram do certame 5 (cinco) empresas e após a realização dos lances a FIANÇA ficou em 4º lugar.

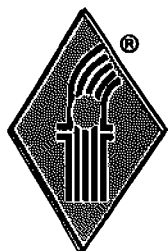
Porém, o pregoeiro, de forma precipitada, entendeu pela inabilitação de todos os licitantes, inclusive a Recorrente, pelo fraco argumento de que tais empresas licitantes não atenderam à comprovação da capacidade técnico-operacional, segundo seu próprio entendimento. Vejamos:

"Empresa Fiança Serviços Gerais Ltda., não atendeu ao subitem 6.1.4, alínea "c" - Capacidade Técnico-Operacional, visto que os atestados apresentados só completaram 82 (= 74+8) motoristas, sendo inabilitada pelo pregoeiro".

Ocorre, todavia, que a interpretação atribuída ao subitem 6.1.4, alínea "c" do Edital mostra-se excessivamente rigorosa. Isso porque a referida disposição editalícia exige apenas a comprovação de aptidão para o desempenho de atividade **pertinente e compatível** em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

II - DAS RAZÕES

A Lei n.º 8.666/93 é suficientemente clara ao estabelecer, em seu art. 30, inciso II, que a exigência quanto à capacitação técnico-operacional dos licitantes deve levar em consideração a comprovação de aptidão para o desempenho de atividade **"pertinente e compatível"** em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, vale dizer, em nenhum momento o referido dispositivo diz que tais aspectos devam ser semelhantes ao exigido pelo edital. Aceitar a atitude o i. pregoeiro seria o mesmo que restringir à participação do referido certame às empresas que já realizaram o mesmo serviço anteriormente.



MARCA
REGISTRADA

FIANÇA

SERVIÇOS GERAIS LTDA.



ISO 9001:2000

Ora, esta foi justamente a atitude da FIANÇA, que apresentou os atestados de capacidade técnica (anexo) com 82 (oitenta e dois) motoristas, além disso, apresentou mais 1.700 (um mil e setecentos) colaboradores à disposição. Somente para esclarecer contamos com 1.071 (um mil e setenta e um) profissionais em contrato firmado com a Secretaria de Estado e Saúde – MG. Portanto se a FIANÇA pode realizar os serviços com tais profissionais, poderá muito bem realizar outros de igual ou menor complexidade, como é o caso em tela.

Assim, não pode a FIANÇA ser prejudicada por uma interpretação equivocada do pregoeiro, quando cumpriu as determinações do Edital. Fato, interessante, e fora dos limites legais, seria admitir tal interpretação, pois, então, estaríamos restringindo a participação de várias empresas no certame, permitindo apenas aquelas que já executaram esse mesmo contrato.

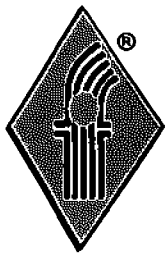
A vinculação ao Edital não pode levar a rigorismos absurdos que impeçam a participação do maior número possível de licitantes no certame. O Edital é lei entre as partes, mas sempre que fizer exigências inúteis ou desnecessárias deve ser afastado para atingir o fim último das licitações, qual seja, a seleção da proposta mais vantajosa. É o que dispõe o art. 3º, da Lei 8.666/93:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. § 1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;"

MATRIZ:
BRÁSILIA-DF
ÁREA ESPECIAL Nº 08 - LOTE C
SRIA GUARÁ II - CEP: 71070-680
PABX: (61) 2104-0300
FAX: (61) 2104-0320
SITE: www.fianco.com.br

FILIAL:
RIO DE JANEIRO - RJ
Rua Dr. Pereira dos Santos N.º 02
Tijuca - Cep. 20.520-170
Telefax: (21) 2298-2037 / 2298-2036
Site: fiancurio@veloxmail.com.br

FILIAL:
BELO HORIZONTE/MG
Avenida Artur Guimarães nº 781
Santa Cruz - Cep. 31.150-690
Telefax: (31) 3424-3343 / 3424-3093



MARCA
REGISTRADA

FIANÇA

SERVIÇOS GERAIS LTDA.



ISO 9001:2000

A proposta foi apresentada em conformidade com todos os requisitos do Edital, sendo sua análise de fácil compreensão. Dessa maneira, o rigor exacerbado verificado na r. decisão do i. pregoeiro deve ser afastado. É o que leciona o ilustre procurador Lucas Rocha Furtado:

"A circunstância de que a Administração deve seguir procedimento previamente definido não implica, no entanto, o dever de adotar formalismos desnecessários ou exagerados. Nesse sentido, vale lembrar a lição do mestre Hely Lopes Meirelles ao comentar que 'NÃO SE ANULA O PROCEDIMENTO DIANTE DE MERAS OMISSÕES OU IRREGULARIDADES FORMAIS NA DOCUMENTAÇÃO OU NA PROPOSTAS, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes.'"²

No mesmo sentido o Eg. TRF 1ª Região:

"ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – CARTA-CONVITE GERE/BA Nº 010/91 – FALTA DE IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES – OMISSÃO SANÁVEL – ILEGALIDADE – INTERESSE PÚBLICO. 1 – Não deve ser desclassificada da licitação a licitante que simplesmente deixa de identificar os envelopes apresentados de acordo com a exigência editalícia (letras A e B), porquanto a omissão poderia ter sido sanada no momento do recebimento dos documentos, sem prejuízo da legalidade do procedimento. 2 – A INTERPRETAÇÃO LITERAL DA NORMA EDITALÍCIA DEVE SE SUBMETTER AOS FINS ÚLTIMOS DA LICITAÇÃO, QUE É A SELEÇÃO DA PROPOSTA QUE MELHOR ATENDA AOS INTERESSES PÚBLICOS, SENDO DE SE RELEVAR MERA IRREGULARIDADE FORMAL. 3 – Licitação anulada. Sentença confirmada."³

De fato, a proposta da FIANÇA cumpriu o disposto no item 6.1.4 alínea "c" do Edital, pois esta apresentou todos os atestados de capacidade

² FURTADO, Lucas Rocha. **Curso de Direito Administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2007. P. 408

³ REO 92.01.26388-0/BA; REMESSA EX-OFFICIO, Relator Juíza Assusete Magalhães, Convocado Juiz Amílcar Machado, Órgão Julgador Segunda Turma, TRF 1ª Região. Publicação 19/08/1999 DJ p. 16, Data da decisão 16/04/1999.



MARCA
REGISTRADA

FIANÇA

SERVIÇOS GERAIS LTDA.



ISO 9001:2000

técnica, faltando apenas alguns profissionais semelhantes ao do objeto, mas que podem perfeitamente demonstrar a sua qualificação técnico-operacional. Assim, a r. decisão de inabilitação representa rigorismo e restrição da competitividade do certame.

Ademais, a proposta da FIANÇA da maneira como foi apresentada não impediu que a Administração e os demais licitantes analisassem a exeqüibilidade da proposta e o cumprimento das disposições do Edital.

E, acaso fossem realmente existentes as irregularidades apontadas pelo i. pregoeiro, estas poderiam ter sido sanadas facilmente por diligências. Neste sentido são as lições de Marçal Justen Filho:

"A ADMINISTRAÇÃO PODE PROMOVER DILIGÊNCIAS PARA COMPROVAR A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO INTERESSADO E ESCLARECER OUTRAS DÚVIDAS. (...)"⁴ (Grifos nossos)

Conduta excessivamente rigorosa, e, ainda, ilegal e anti-isonômica, uma vez que a oportunidade de realização de diligências para verificar a documentação apresentada foi concedida em relação a outras licitantes, como é o caso da empresa Conserve Serviços Técnicos LTDA. Observe-se, a propósito, trecho da Ata de Reabertura:

"O Pregoeiro comunicou aos presentes que em razão do balanço apresentado pela empresa CONSERVO SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, constar duas folhas com o mesmo número, gerando dúvidas na análise realizada pelo Contador da Comissão, com base no item 10.6 do edital o Pregoeiro decidiu suspender a reunião às 20:30 (vinte horas e trinta minutos), PARA REALIZAR DILIGÊNCIA, uma vez que a representante da empresa CONSERVO não soube explicar o fato." (Grifos nossos)

* JUSTEN FILHO. Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética, 2008. P. 454

MATRIZ:
BRÁSILIA-DF
ÁREA ESPECIAL Nº 08 - LOTE C
SRIA GUARÁ II - CEP: 71070-680
PABX: (61) 2104-0300
FAX: (61) 2104-0320
SITE: www.fianca.com.br

FILIAL:
RIO DE JANEIRO - RJ
Rua Dr. Pereira dos Santos N.º 02
Tijuca - Cep. 20.520-170
Telefax: (21) 2298-2037 / 2298-2038
Site: fianca@veloxmail.com.br

FILIAL:
BELO HORIZONTE - MG
Avenida Artur Guimarães n.º 791
Santa Cruz - Cep. 31.150-690
Telefax: (31) 3424-3343 / 3424-3093



MARCA
REGISTRADA

FIANÇA

SERVIÇOS GERAIS LTDA.



ISO 9001:2000

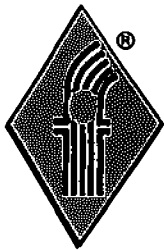
Assim, demonstra-se que a r. decisão que se pretende a reconsideração merece reforma por seu rigorismo exacerbado e pelo descumprimento ao princípio da isonomia entre os licitantes. Princípio que deve ser observado como preceito máximo nas licitações, para atingir a proposta efetivamente mais vantajosa.

Sobre a necessidade de reforma da r. decisão de inabilitação, em face da inobservância da isonomia pelas diferentes oportunidades garantidas aos licitantes é o entendimento jurisprudencial, conforme julgado do TRF da 5ª Região:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. NULIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO. APELAÇÃO PROVIDA. 7. POSSIBILIDADE DE O PREGOEIRO REJEITAR O RECURSO, ENCAMINHANDO-O, APÓS A MANUTENÇÃO DA DECISÃO, À AUTORIDADE COMPETENTE. Ausência de ferimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa. 8. Recurso administrativo apreciado e devidamente fundamentado pelo Procurador Geral. 9. **Procedimento licitatório interrompido por falha na comunicação da Internet.** Necessidade de retornar o pregão exatamente no ponto em que foi suspenso. Desatendimento ao art. 24 do Decreto nº 5.450/05, no que tange ao prazo aleatório. 10. **DESCONSIDERAÇÃO DO ERRO DE DIGITAÇÃO INFORMADO OPORTUNAMENTE VIA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DIRETA (CHAT). VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA ISONOMIA, HAJA VISTA A OPORTUNIDADE DADA À OUTRA PARTE PARA CORREÇÃO DE ERRO DE DIGITAÇÃO.** 11. Impossibilidade de adjudicação, em face da existência de recurso. 12. Alteração ilegal da Ata do Pregão Eletrônico."5

Ademais, é forçoso salientar que o pregoeiro extrapolou o poder discricionário que a lei lhe confere, ferindo os princípios da razoabilidade, da legalidade, da impessoalidade, da isonomia, bem outros elencados no art. 3º da Lei 8.666/93.

5TRF 5ª R.; AMS 95682; Proc. 2006.80.00.000541-8; AL; Quarta Turma; Rel. Des. Fed. Lázaro Guimarães; Julg. 07/11/2006; DJU 14/12/2006; Pág. 549) (Publicado no DVD Magister nº 17 - Repositório Autorizado do STJ nº 60/2006 e do TST nº 31/2007.



MARCA
REGISTRADA

FIANÇA

SERVIÇOS GERAIS LTDA.



ISO 9001:2000

Vale ressaltar ainda que tal atitude fere o princípio da economia processual, na medida em que, diante da deserção do processo, a Administração terá que realizar outro certame, o que evidencia o total desperdício de recursos públicos. **A FIANÇA possui e preenche todas as condições para ser declarada vencedora nesse certame.**

Destarte, imperiosa a reconsideração da r. decisão que inabilitou a empresa FIANÇA do procedimento licitatório em tela, por todos os argumentos aqui aduzidos, para que o Certame tenha seu prosseguimento com a HABILITAÇÃO da Recorrente que cumpriu todas as exigências editalícias.

III – DOS PEDIDOS

Com base nessas razões, espera a Recorrente, que seja acolhido plenamente o presente Recurso Administrativo, em face dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade e da razoabilidade, para que seja reconsiderada a decisão que declarou a empresa **FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA.** inabilitada do procedimento licitatório em questão e esta ser declarada como vencedora do mesmo.

Acaso assim não entenda, requer seja o presente pleito encaminhado à autoridade superior para análise da documentação e proposta da **FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA**, nos termos do art. 56, § 1º, da Lei 9.784/99;

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 13 de Novembro de 2009.

FIANÇA SERVIÇOS GERAIS LTDA.


Herbert Lucio Inocêncio
Representante legal credenciado.